

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS: um debate conceitual e reflexões referentes à prática docente

*Mariângela Bairros*³⁴

RESUMO

Este texto apresenta pesquisa realizada em uma escola do RS, estruturado em três partes: análise conceitual sobre políticas públicas, os programas do MEC, duas novas políticas do Governo do RS e a relação destas, com o trabalho docente.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Programas do MEC. Docentes.

ABSTRACT

This paper presents a research carried out in a schools of RS state, structured in three parts: conceptual analysis of public policies, programs of the Ministry of Education, two new policies of the RS Government and their relationship with the teaching work.

Keywords: Public Policies. Governmental Programs. Teachers.

³⁴ Professora da FaE - Faculdade de Educação/UFPEL – Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Educação/UFRGS. Mestre em Ciência Política/UFRGS. mmbairros@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar pesquisa realizada em uma escola estadual do município de Pelotas no RS. Pretendemos com este trabalho percorrer os caminhos do processo de constituição de uma *politic*³⁴, até a constituição de uma *policie* – uma política pública. Para isso consideramos os diferentes percursos desta mesma política pública, pois a mesma não segue a uma lógica linear, é, na maioria das vezes, resultado de conflitos de interesses e de valores diferenciados entre os membros de uma sociedade, que se encontram potencializados pela falta ou omissão do Estado.

Este texto está estruturado em três partes: primeiramente apresentamos uma discussão sobre políticas públicas, procurando retomar conceitos cunhados pelos autores da área de políticas públicas. Na segunda parte, apresentamos os programas do MEC até 2010, impostos às escolas em grande profusão e, na terceira parte, procuramos analisar a escola à luz de um projeto inédito, visando contemplar as reais e cotidianas necessidades de

professores, alunos, pais e comunidade em geral. Para isso apresentamos pesquisa realizada em uma escola que caminha em direção a construção de um projeto educacional singular com os atravessamentos de políticas interventoras que chegam à escola sem serem esperadas.

Uma vez que as políticas públicas buscam atender demandas, necessidades, e dificuldades expressas na sociedade, neste trabalho, objetivamos analisar conceitualmente políticas públicas, os programas e ações desencadeados pelo Governo federal até 2010 e duas políticas implementadas pela Secretaria de Educação do Estado do RS, a partir daí, como uma escola da rede estadual, que iniciou um processo de elaboração de projeto próprio, construído ao longo do ano de 2010, reage e se organiza para implementação destas *policies*, que vem de fora para dentro, sem respeitar a caminhada da escola.

Políticas públicas e seus aspectos históricos

Se políticas públicas buscam atender demandas, necessidades e dificuldades, ou, ainda, podem ser resultantes de decisões tomadas pelos formuladores de políticas, notadamente os governos, no contexto de um deter-

³⁴ Ver FREY (1997) que analisa estes três conceitos: *Polity*, *politics* e *policy*.

Minado projeto de sociedade, conforme afirma Souza.

Não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como o “o que o governo escolhe fazer ou não” (SOUZA, 2006, p. 4).

Assim, as políticas públicas – *policies* – são a própria atividade política de um governo na definição de prioridades, alocação de recursos, detalhamento de ações, nível de atuação e abrangência, acompanhamento e avaliação. Desta forma, podemos definir políticas educacionais como políticas públicas que se orientam para resolver questões e problemas educacionais.

A política pública distingue entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são tão importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo (SOUZA, 2006, p. 13).

O que pretendemos afirmar com o destaque em relação a estas variáveis é que a política pública, como qualquer outra, não escapa de uma análise combinatória de probabilidades que reúnem os diferentes

ângulos que atravessam a política, desde sua formulação até a implementação. As relações de poder entre os entes federados, a relação partidária estabelecida na federação, os jogos de interesses das siglas partidárias, o predomínio de interesses de determinados grupos nos diferentes municípios, os atores envolvidos na política, secretários de educação, professores, funcionários, pais, alunos e comunidade em geral, determinam no resultado da política. E o que tudo isso demanda para a implementação da política?

El peor déficit en América Latina no es el de políticas públicas “correctas”, sino de la capacidad de implementar políticas en general.

La implementación es el conjunto deliberado y secuencial de actividades del gobierno orientadas al logro de los propósitos y objetivos de la política, articulados en declaraciones oficiales de política. Más breve; la implementación es el proceso de transformar en resultados los objetivos asociados con una política pública. Se trata de un proceso continuo y no lineal, el que debe ser administrado (Basu, 1997). Un déficit de implementación corresponde a la diferencia entre lo propuesto y lo logrado, más allá de factores sobrevinientes o inesperados. (LAHERA, 2006, p.1).

Pode-se então, resumir, que política pública, como um campo de conhecimento, deve levar em consideração as questões que se sobrepõem à implementação de uma determinada política pública, ou seja, uma política pública educacional desde a sua formulação até sua implementação, percorrerá caminhos que envolvem diferentes agentes e situações. Dentre estas a relação da sigla partidária do município com a do

governo federal, prefeito, secretários, os gestores educacionais do município, professores, pais, alunos, que, não participaram da formulação da política, porém, devem implementá-la. Como afirma Lahera, perdas podem ocorrer na implementação de uma política pública, principalmente se considerarmos que os objetivos de quem as formulou, pode, não ser os mesmos de quem vai operacionalizar. O operador da política pode nem saber por que a está implementando. Para auxiliá-los nesta análise devemos considerar a proposta de LINDBLOM (1959)³⁶ que propõe a incorporação de outras variáveis para análise de uma política pública. Cabe destacar que nesta relação de poder estabelecida entre União e municípios, é de quase ausência dos Estados nesta ação. O governo Federal estabeleceu uma relação muito direta com os municípios.

As políticas públicas (*policies*), por sua vez, seriam o resultado da própria atividade política na alocação de recursos e na provisão das demandas, logo, não podemos deixar de mencionar que as políticas públicas são públicas, tem e devem ter a sua origem no Estado, ente responsável pela solução dos problemas educacionais em curso, todavia, por vezes, não conseguem alcançar questões

³⁶ Lindblom questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o qual não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí porque as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além de questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. (SOUZA, 2006, P. 4).

Lindblom, Easton, Laswell e Simon são os fundadores da disciplina de políticas públicas, nos anos de 1930 do século XX, com o objetivo de articular o já existente estudo sobre os governos, com aquilo que os governos produziam. Estes autores introduziram a expressão *policy analysis*.

relevantes para superação de problemas, por exemplo, como a elaboração de um projeto de escola que considere particularidades, singularidades de cada região, bairro ou município.

O processo educacional, resultado social, político, econômico e pedagógico de uma sociedade, exige políticas públicas comprometidas com práticas educativas diferenciadas. Gestar a educação pública é também, entender o momento histórico e as exigências de sua população. Os problemas atuais da educação brasileira, os baixos índices educacionais não são uma fatalidade, expressam uma realidade, mas também apresentam desafios para a busca de novas formas de pensar políticas públicas.

A maior de todas as dificuldades é fazer com que as políticas públicas alcancem um nível de detalhamento, geralmente fora do alcance das mesmas. O processo criador e inovador de uma política pública comprometida com os problemas recorrentes da sociedade é justamente, o de ter um alcance sobre estas questões. Com o objetivo de tornar mais clara nossa análise, nunca é demais lembrar que desde a formulação à implementação, a política ficará sob o controle de atores que não participaram da elaboração, pelo menos na maioria das vezes, logo, não necessariamente, ela cumprirá o objetivo inicial.

Para o processo de uma política pública as orientações, o conteúdo, os instrumentos institucionais são definidores da qualidade desta implementação. A orientação aos atores também define os resultados esperados.

O MEC ao apresentar, a partir do PAR, um conjunto de programas e ações para todo território nacional deixa de levar em

consideração as singularidades de cada município de cada escola, logo, o trabalho docente é tratado de forma igualitária para todo o país.

As sociedades modernas têm, como principal característica, a diferenciação social. Isto significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, etc.), como também possuem idéias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e freqüentemente envolva conflito: de opinião, de interesses, de valores, etc. Entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis. Para isto, existem apenas dois meios: a coerção pura e simples e a política. O problema com o uso da coerção é que, quanto mais é utilizada, mais reduzido se torna o seu impacto e mais elevado se torna o seu custo.

Resta, então, a política. Esta envolve coerção - principalmente como possibilidade - mas que não se limita a ela. Cabe indagar, então, o que é a política. Uma definição bastante simples é oferecida por Schmitter: política é a resolução pacífica de conflitos. Entretanto, este conceito é demasiado amplo, restringe pouco. É possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (RUA, 1998, p. 231).

As diferenças entre os municípios do Rio Grande do Sul, por exemplo, foram desconsiderados, assim como ocorreu em outros estados do Brasil. Ao invés destes programas e ações promoverem uma política de estímulo ao fazer pedagógico dos professores, de planejamento, de estudos no interior da escola, impôs a estes, tarefas

intermináveis de administração de diferentes programas, que nem sempre coadunam com as tarefas cotidianas dos professores de escolas das redes públicas. Como afirma Rua, a administração dos programas do PAR envolveu muito mais uma coerção suave, do que uma mudança cultural na escola.

As políticas públicas do MEC: os programas e ações dirigidos aos municípios.

A seguir apresentamos alguns dos programas desenvolvidos a partir do PAR, pelo MEC, até 2010: Pro-Conselho Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Sistema de Informação dos CME- SICME. / Rede nacional de formação continuada de Professores da Educação Básica. / Programa de Formação Continuada de Professores Ed. Básica – cursos à distância e semipresenciais – habilitação de quatro anos. / PDE Escola. Apoio técnico e financeiro para planejamento estratégico da escola. / Escola de Gestores – Programa de formação de Gestores Escolares. / Programa Saberes da Terra. / Proinfantil Curso nível médio normal, a distância, para professores da Educação Infantil – 2 anos./ Pro-letramento Programa de Formação Continuada para professores séries iniciais nas áreas de leitura e escrita e matemática./ Gestar I Formação continuada em serviço para professores séries iniciais nas áreas de língua Portuguesa e Matemática (quatro semestres). / Gestar II Programa de Formação Continuada para professores séries finais nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática (300 horas – 120h presenciais e 180h à distância em cada área temática). / Escola Ativa - Programa busca melhorar a

qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores. / Formação lei 10.639/ 03 e 11645/08 10.639- obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira”. 11.645- obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. / Programa de Educação Inclusiva. Guia de tecnologias educacionais - programa de correção de fluxo. / Proinfância. Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública da Educação Infantil. / Caminho da Escola. / Salas de recursos multifuncionais / Proeja / Ensino Fundamental de 09 anos / Provinha Brasil / Novo Proinfo / Plano de Ações Articuladas - (PAR) / IDEB / Novo Brasil Alfabetizado. / Olimpíadas de Matemática e de Língua Portuguesa / Prova Brasil / Pró-funcionário. /Mais Educação./ Levantamento da situação escolar – LSE. / Programa Nacional Biblioteca da Escola. / Censo Escolar. / FICAI. Ficha de Acompanhamento de Alunos Infrequentes.

Se considerarmos que a maioria dos municípios do interior do RS, não possuem equipes em quantidade suficiente para dar conta do conjunto de atribuições emanadas pelo MEC e mais as atividades promovidas pelo município, podemos afirmar que a escola tem um número significativo de projetos para administrar, e isto, ceifa a possibilidade de um processo heurístico na educação escolar. Estas tarefas são geridas por professores, que são os diretores, presidente do conselho Municipal de Educação e assim por diante, merendeiros, se ocupam dos serviços gerais e assim por diante.

Así como es cierto que la capacidad de implementación no puede superarse de una vez, es falso que la implementación esté determinada sólo por la capacidad preexistente. Si bien los países más pobres y con menor capacidad fiscal y administrativa tienen menos opciones que los países ricos con un medio más favorable, la relación entre ambos factores no es lineal. Comprobadamente, existe un delta potencial de mejoramiento en la capacidad de implementación.

Conviene enfrentar derechamente el tema de la capacidad del gobierno como problema y la técnica de gobernar como respuesta (Machinea, 2004). Para estudiar cómo aumentar la capacidad de implementación de las políticas públicas es previo y fundamental reconocer que el sector público es endógeno en la implementación de las políticas, no es un tercero ajeno a cómo ellas se deciden e implementan. Pero la endogeneización del gobierno en el análisis de las políticas públicas, esto es, la consideración del gobierno al interior de las políticas públicas, es una agenda de investigación todavía.

El aumento de la capacidad de implementación es seguramente un proceso y no un cambio abrupto. (LAHERA, 2006, p.2).

Ao mesmo tempo em que a falta de professores é um limitador para a implementação destas políticas, causando nos professores uma grande apreensão pela sobrecarga destas tarefas, é também, a política pública, melhor dizendo, o conjunto de políticas, que ceifa do interior das escolas a possibilidade de pensar a educação a partir de um projeto próprio, da sua região, da sua escola, da sua comunidade. E aqui não estamos desconsiderando a necessidade de articulação entre políticas educacionais locais e nacionais.

Por um lado a capacidade de implementação destas políticas têm sido um entrave, isto é verdade, mas o que estamos dizendo aqui é que as políticas, pensadas, estimuladas, em nível nacional, acabam por impe-

dir um avanço estratégico de educação. A mudança tem acontecido de cima para baixo, de fora para dentro.

As políticas educativas e o trabalho docente.

Nesta última seção apresentamos, a partir do exposto anteriormente, os dilemas de professores que cotidianamente convivem com políticas que não são pensadas, mas geridas por eles.

A pesquisa que apresentamos a seguir tem por objetivo analisar através de estudo de caso, a reorganização de uma escola pública estadual e sua trajetória ancorada em três pilares: Gestão, Currículo e Função Social da Escola. O objetivo desta pesquisa é analisar o processo desenvolvido pela escola em busca de formação continuada, reflexão sobre as práticas escolares, relação com os alunos e a reescrita do PPP - Projeto Político Pedagógico. A iniciativa partiu dos professores que propuseram uma formação continuada para refletir sobre as questões descritas acima. O propósito é a reflexão na perspectiva da promoção de uma educação pública de qualidade para professores, alunos e comunidade. Realizou-se, de forma informal ainda, a primeira etapa de entrevistas realizadas com professores e alunos com o objetivo de dar início na pesquisa. Temos como objetivo também, revisar velhos métodos, rediscutir currículo e o fazer pedagógico, relação com os alunos, para ao final reescrever o Projeto Político Pedagógico da escola.

A pesquisa em andamento tem por objetivo organizar um trabalho que nasceu da iniciativa dos professores, partiu da direção da escola e dos professores, que de forma

organizada propuseram uma formação continuada para refletir sobre seu trabalho pedagógico e de como as diferentes questões concernentes a prática educacional desenvolvem-se na atualidade. A direção procurou a Faculdade de Educação para pedir auxílio nesta tarefa. Neste caso o inusitado foi à iniciativa de direção e professores que optaram por organizar suas ações de forma diferenciada, visando um aprimoramento pedagógico que permitisse mudanças na ação docente, sempre na perspectiva da promoção de uma educação pública de qualidade. A pesquisa iniciou com reuniões de estudo e planejamento político pedagógico. Debates conceituais, revisar velhos métodos e pensar o fazer pedagógico, é uma das propostas da escola, buscando uma forma diferenciada em termos de trabalho docente, relação com alunos, formação continuada, dentre outros debates. Estas sessões de estudos, a partir das demandas dos docentes, objetivam uma reflexão sobre quais questões são pertinentes ao projeto pedagógico da escola, currículo, dificuldades no relacionamento com os alunos e regras de convivência.

O compromisso com a reflexão sobre o fazer pedagógico, como a escola está funcionando, as dificuldades, é estímulo para as possíveis transformações da escola e do trabalho docente e, para isso, é preciso que os professores pensem, estudem e reflitam sobre estas demandas da atualidade educacional e da função social da escola. Foi o que esta escola fez. Cabe destacar que esta iniciativa de formação partiu dos professores que, no seu horário de serviço estudam para refletir sobre sua prática docente. Este trabalho não foi pensado de fora para dentro, foi resultado de políticas de formação que desafiam a escola como um corpo uno. Para

melhor ilustrar, e de forma fidedigna, abaixo apresento as proposições propugnadas pelos docentes para os estudos. Dentre estas se destacam as que seguem:

- A reflexão partiu da necessidade de ver a escola a partir das demandas e desafios da sociedade atual.
- Possibilitar a autocrítica e aprimoramento dos conhecimentos existentes;
- Formação cidadã – conhecimento de direitos e deveres – fazê-los acontecer...
- Garantir o conhecimento formal.
- Ressignificação de conteúdos e contextualização dos conteúdos;
- A construção competências necessárias aos alunos;
- O trabalho com encadeamento de ações – interdisciplinaridade;
- A construção de mecanismos necessários para a escola tornar-se mais prazerosa;
- Ouvir professores e alunos; A necessidade de profissionais comprometidos com a disciplina em sala de aula – educação – regras - limites; Estratégias para melhorar o rendimento do aluno e as condições de trabalho: Investir na disciplina; Elaborar regras de conduta bem definidas; Chamar os alunos; Realizar assembleias com os alunos;
- Turmas menores;
- Ter espaço e profissionais para nova organização escolar.
- Definir prioridades no que estudar;
- Organizar o início dos trabalhos;
- Comissão para organizar as demandas dos professores;
- Comissão para organizar as demandas dos alunos;
- Regras de convivência – limites, um debate necessário e urgente para os professores;
- Próximos encontros dos professores iniciando com a reflexão sobre currículo.

As questões acima descritas foram elencadas por professores e alunos durante as reuniões realizadas ao longo de 2011. Em 2012 a pesquisa encaminha-se para seu segundo ano, com a organização do grêmio estudantil dos alunos, reivindicação de anos dentro da escola. Ainda no ano de 2011 foram realizadas reuniões de formação com palestrantes da Faculdade de Educação da UFPEL, com os temas currículo, gestão e função social da escola, divididos desta forma, com o único objetivo de melhor estruturar o debate com os professores. Durante a organização dos temas, chamou-nos atenção a pergunta recorrente: “professora, o que vamos discutir em currículo?” Currículo até então, tinha vários significados. Cabe registrar que as formações são atravessadas por outras demandas da escola. Recentemente o governo do RS apresentou uma reforma para o Ensino Médio, logo, esta é a nova tarefa da escola.

Neste ano prosseguimos a pesquisa procurando constituir espaços de formação, entendendo este *locus* como um lugar que não tem sido ocupado pelas diferentes escolas públicas, menos ainda, pelas políticas públicas. Os espaços de formação têm esbarrado em uma série de dificuldades, desde a falta de políticas públicas educacionais que abranjam a complexidade da atual realidade da educação brasileira, a falta de professores, a constante luta por melhores salários, dentre várias outras. Neste sentido os problemas que enfrentam professores da rede estadual do RS não se afastam dos problemas tradicionais da educação brasileira. Neste momento no RS os professores estaduais lutam pela manutenção do Piso Salarial Nacional, organização manifestações e, talvez, greve.

O inovador nesta escola foi à iniciativa dos professores, o prosseguimento à sua formação tendo como pressuposto a resolução dos problemas cotidianos, que são iguais aos da maioria das escolas brasileiras. O sistema educacional, os professores e as escolas são atingidos diretamente pela desarticulação e descontinuidade de políticas públicas que não se voltam para ações educativas que contextualizem a escola em uma sociedade com desigualdades econômicas e sociais carentes de investimentos governamentais.

O processo educacional, resultado social, político, econômico e pedagógico de uma sociedade diversificada, exige políticas públicas comprometidas com práticas educativas diferenciadas. Gestar a educação pública hoje é, também, entender o momento histórico e as exigências de sua população. Os problemas atuais da educação brasileira, os baixos índices educacionais não são uma fatalidade, expressam uma realidade, mas também apresentam desafios para a busca de novas formas de pensar políticas públicas. A fragmentação da ação educativa, pensar a escola como um todo, planejar as ações e seus desdobramentos para um planejamento plurianual como o PPP, da inclusão de temas polêmicos como violência, dificuldade no relacionamento com os alunos, no estabelecimento de regras de convivência, a função social da escola, o que é currículo, gestão democrática, dentre outras, acabam distanciando-se de uma ação educativa tradicional. Muitas destas acabam entrando para o território dos temas transversais, portanto, irrelevantes, acabam por não colocarem-se como pontos fundamentais para algumas das políticas públicas educacionais. As políticas públicas em vigor na atualidade

não articulam o processo educativo e a escola como um todo.

A formação continuada tanto quanto a inicial representa um investimento de grande monta, e esta exigência deve resultar em soluções para demandas que nem sempre se materializam nas políticas públicas. É preciso resgatar na escola a adolescência, as regras de vida em grupo e que o mundo da escola seja um mundo da *cidadania escolar* MAGALHÃES e STOER (2005). É preciso que a escola seja socializadora como função precípua, pois ela cumpre essa função até quando ela não funciona. Uma reflexão necessária é detalhar sobre o que faz emperrar este sistema educacional, que problemas são históricos, que ficam camuflados sob questões maiores, expressos através dos baixos índices de escolarização. Através dos gestores e professores desta escola, procurar-se-á desvendar os entraves, as dificuldades dos problemas reais, visíveis que conformam um cenário cotidiano, nem sempre positivo. São dilemas concretos de nossa sociedade, resultado de uma construção histórica. A pesquisa pretende recrutar, envolver e dar voz aos diferentes atores políticos que produziram resultados, nem sempre satisfatórios, levar em consideração suas demandas, suas opiniões, dar voz a comunidade escolar, visando minimizar ou superar resultados que não expressam uma educação conectada com a vida, com espaços escolares democráticos e de práticas coletivas.

Ao mesmo tempo a pesquisa irá mapear políticas públicas do Estado e União que objetivem aprimoramento da escola e o quanto estas políticas contribuem ou entravam as ações da escola.

A dimensão pública RUA (1998) das

politics e das policies devem expressar a superação histórica de demandas que, como afirma a autora, acabam por se tornarem de três tipos: novas, recorrentes e reprimidas. Desta forma, os resultados obtidos atualmente no campo educacional, representam problemas históricos, expressam a falta de estratégia de superação para problemas que, efetivamente, não são novos, mas que exigem novas soluções. As políticas públicas educacionais devem levar em consideração as transformações que, aos poucos ou em rápida escala, vão acontecendo na sociedade. A universalização da Educação Básica no Brasil acabou por produzir um fenômeno que os professores expressam em suas falas, trouxe para dentro uma população que antes não chegava até à frente da escola, são novas demandas que não alcançam as políticas públicas. Se por um lado a universalização do Ensino Fundamental garantiu um avanço histórico na década de 90, por outro, trouxe para a escola uma população que, historicamente, ficou a margem do ensino formal. São novos atores, de origem social com problemas que expressam uma sociedade injusta e desigual, com famílias desestruturadas, etc. Na escola, entretanto, continua-se trabalhando com os velhos conceitos, pensando uma família ideal, nucleada, todavia, na prática, a família é outra, mudou, a sociedade como um todo mudou, mas as políticas públicas educacionais vigentes na atualidade parecem não incluir estas questões em sua agenda.

Trata-se de reconhecer avanços que continuamos buscando para a educação brasileira.

A ampliação de oportunidades decorre de uma intenção política e é nesses termos que deve

ser examinada. Aliás, não poderia ser de outra maneira, pois, qualquer que seja o significado que se atribua, atualmente, ao termo democracia, não se poderia limitar a sua aplicação a uma parcela da sociedade... Não se democratiza o ensino, reservando-o para uns poucos sob pretextos pedagógicos. A democratização da educação é irrealizável intramuros, na cidade pedagógica; ela é um processo exterior à escola, que toma a educação como uma variável social e não como uma simples variável social e não como uma simples variável pedagógica (BOTO, 2005, p. 788).

Uma política avançada de inclusão e ampliação de acesso trouxe para escola outras necessidades educacionais, dentre estas, eu destacaria a própria falta de preparo dos professores em lidar com questões que saem do campo social e adentram o campo educacional. Os problemas sociais parecem não coadunar com formas de ensinar e exercitar o ofício de ser professor. As questões simples do dia a dia educacional devem ser conteúdo das políticas públicas educacionais. Ao ouvir as falas dos professores em relação ao conjunto das dificuldades como não conseguir fazer os alunos estudarem, ou de como estimulá-los para a aprendizagem, visto que educar é apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados pela sociedade, apesar de nem sempre isto ser atrativo para os alunos. Neste sentido iniciou-se um debate na escola: o conhecimento desumanizou-se, isto foi sublinhado pelos educadores que estão nas salas de aula das escolas públicas. A pesquisa pretende também, desvendar as articulações existentes entre o fazer pedagógico e políticas públicas do Governo estadual e da União. Como as políticas pensam currículo, gestão educacional, função social da escola, mas fundamentalmente,

como isso está articulado em nível nacional e local.

O currículo é uma práxis social, histórica e cultural. A história produziu mudanças significativas nos séculos XIX e XX. O declínio do *Welfare State* assinala o fim de um modelo de políticas públicas, e com o advento do *Neoliberalismo* um novo modelo de organização curricular foi imposto. Currículo e políticas públicas confundem-se, logo, necessitam de um debate que possa atualizar-se frente às demandas da atualidade e da função social da universidade.

O currículo MOREIRA (1997) deve ser entendido como um movimento complexo, que deve englobar o conjunto das práticas escolares que vai compreender o homem em uma perspectiva sócio-histórica e cultural. Cada sujeito traz consigo uma história, um capital cultural, um conjunto de práticas que vai compor esta história, o currículo precisa articular-se com a história de vida das pessoas, de reconstrução da história de nosso tempo e os desafios desse tempo.

As dificuldades cotidianas da escola podem construir um currículo articulado com esta vida real e da compreensão que se tem da prática educativa. A tarefa de pensar o lugar do educador dentro da escola, a relação com alunos/comunidade e de como pensar a escola hoje são parte de um currículo, que, como afirma Sacristán (2000), são parte de um sistema social. O objetivo da escola são os conteúdos, ou também a vida das pessoas, alunos e professores? Este pode ser um bom ponto de partida para se pensar um currículo articulado à (re)elaboração das práticas de ensino.

A reflexão sobre o currículo aqui proposta, deriva da ideia de descrever a escola,

da capacidade de articulação, de pensar desde a gestão, a pesquisa, a capacidade de desenvolver a alteridade, de mobilização, de organização, de transformação, até chegar aos conteúdos. Elencamos a seguir algumas ideias de onde partir para a elaboração de um currículo articulado com a vida real.

Na trajetória da pesquisa proporemos uma reflexão que conduza-nos – gestores e professores responsáveis pela formação – para a construção de uma visão crítico-reflexiva, pois o homem não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo. As convicções e dúvidas somam-se tal qual um mosaico, porém a ação do educador deve partir de uma atuação contextualizada, como meio para estabelecer novas formas de intervir na realidade, mas não só isso, também fazer surgir novos discursos teóricos e concepções alternativas para a construção de aprendizagem e de saberes, pois aprender é atribuir significados ao que se aprende.

Continuar pensando sobre trabalho docente, gestão, currículo e relação com os alunos, faz parte da ousadia de um grupo de professores desta escola de Pelotas, comprometidos com um ensino público de qualidade, e que toma para si, ações que deveriam fazer parte da agenda governamental, logo, propostas por políticas públicas, mas, ocorre que, as políticas públicas propostas têm se tornado um entrave a experiência coletiva do trabalho docente no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Organizamo-nos, escola e grupo de pesquisa, para um conjunto de tarefas elencadas a partir do planejamento dos

professores e alunos ao longo de várias reuniões, sempre com dificuldades de tempo dos docentes, muitos deles faltaram em outras escolas para fazerem-se presentes nas reuniões de estudo. O que aconteceu no segundo semestre de 2011?

Novamente a escola é surpreendida com duas novas políticas públicas definidas pela secretaria de Educação do Estado do RS:

1. A progressão continuada do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, com definição de que os professores deveriam realizar pesquisa sócio-antropológica para definir os conteúdos destes anos. Cabe destacar que a única preparação para aplicação de pesquisa sócio-antropológica foi uma palestra organizada pela 5ª Coordenadoria de Educação, órgão vinculado a secretaria de Educação de Estado. A pesquisa sócio-antropológica dada a sua complexidade exige estudo, aprofundamento e seções de estudo.
2. Reformulação do ensino médio com três novas organizações, ensino normal, ensino politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio. A escola já manifestou aos pesquisadores a necessidade de ajuda para a implantação desta nova/velha política. Desta forma a escola e os pesquisadores foram atropelados, novamente, por políticas públicas não desejadas pelos docentes.

Nesta reformulação do E. M. o coletivo de professores serão responsáveis pela integração entre as áreas, pela elaboração de projetos, juntamente com os seminários integrados. Segundo as orientações retiradas da página da Secretaria de Educação de Estado do RS, as escolas deverão:

Orientar, subsidiar e avaliar o desenvolvimento dos currículos escolares no ensino médio.
Desencadear ações que propiciem a

consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental. Coordenar ações de parceria entre escola e comunidade, permitindo a integração da prática social. Propor a adoção de equipamentos e materiais técnico-pedagógicos que enriqueçam e complementem as ações curriculares das escolas de ensino médio. Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas (Regimento Interno da Secretaria de Estado da Educação/ 98 - Art.14).

Sendo assim, todo o processo construído pelo coletivo dos docentes, ao longo de um ano, movidos pelo desejo de estudar, deverá parar, e rapidamente, direção e professores, devem dirigir seu trabalho para a implantação de uma nova uma proposta, que em princípio não coaduna com as necessidades da escola e dos professores. São novas tarefas, muitas dessas, crescem ao trabalho docente, dupla ou tripla jornada e terão que estudar e aprofundar questões, que, necessariamente, não são as prioritárias para a escola, mas impostas aos docentes.

Mais uma vez o trabalho docente, a caminhada construída coletivamente será submetida às políticas públicas que aparecem de fora para dentro, sem participação, sem debates com a comunidade escolar em geral, desrespeitando assim, a caminhada da escola e dos docentes.

Recebido em: maio de 2012
Aceito em: junho de 2012

REFERÊNCIAS

BOTO, Carlota. A Educação Escolar como direito Humano de Três gerações: Identidades e Universalismos. **Educação e Sociedade**. Campinas, Cedes, Volume 26. N.92, outubro de 2005, p. 777-798.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, Brasília, n. 21. Junho de 2000.

LAHERA, Eugenio. **Del dicho al hecho: ¿cómo implementar las políticas?** Revista del CLAD Reforma y Democracia. No. 35. Jun. 2006. Caracas.

MOREIRA, Antônio Flávio (org.) **Currícu-**

lo: questões atuais. São Paulo, Papirus, 1997.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: Maria das Graças Rua; Maria I. V. de Carvalho (orgs.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 231-260.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: Uma reflexão sobre a prática**. 3ª edição. Porto alegre, Artmed. 2000

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro 2006, p.20-45.

STOER, Stephen; MAGALHÃES, Antonio. **A Diferença Somos Nós: A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais**. Porto: Afrontamento, 2005.